

Inclusão Social em Museus

Maria das Graças Ribeiro
Museu de Ciências Morfológicas (MCM) – Universidade Federal de Minas Gerais
mgracas@mono.icb.ufmg.br

Palavras chave: museu de ciências; inclusão social; deficiência visual; tecnologia social.

Resumen

Entre los múltiples desafíos de los museos en la actualidad, uno de los más significativos es ampliar la mediación que ejercen en las transformaciones socio-educacionales, tan urgentes y necesarias en la construcción de una sociedad realmente inclusiva, ejercitando valores como la equidad y el respeto a las diferencias. Muchos museos brasileños están cumpliendo tal misión produciendo conocimiento y comunicándolo en diferentes lenguajes y medios de divulgación, explorando la ludicidad e interactividad tanto en la expografía como en el diálogo con el público. E innovan cada vez más en la busca de acceso a todos los ciudadanos a sus actividades - inclusive aquellos con necesidades educacionales especiales - con la conciencia de que la inclusión es más que accesibilidad física, mas una forma amena y humana de acoger e compartir. El modelo presentado es de Museo de Ciencias Morfológicas de la UFMG, con el proyecto “La célula al alcance de la mano - ciencia, arte y educación también para deficientes visuales”.

1. Exclusão & Inclusão – um longo capítulo na história da humanidade

*“Desafio não é o abismo,
mas a construção da ponte”.*

Pesquisas interdisciplinares mais recentes têm revelado que, ao contrário do que se afirmou em dado momento da história da ciência, muitas das espécies que sobreviveram ao processo evolutivo não foram as que possuíam indivíduos mais fortes, mas aquelas cujos componentes se mantiveram agrupados e solidários. E a despeito da grande diversidade biológica existente na natureza, a convivência e a interatividade entre diferentes seres e grupos têm se mostrado essenciais ao equilíbrio e à evolução coletiva.

Entretanto, embora estes sejam modelos inegáveis, o desconhecimento e a falta de percepção têm feito do homem autor ou vítima da exclusão social – sutil, velada ou explícita – ao longo de toda a história das sociedades humanas. E nem seria necessário um olhar tão perspicaz para constatar a sua presença e persistência ao longo de séculos, com múltiplas razões e aparências: - da exclusão racial à exclusão religiosa, motivando sangrentas e históricas batalhas; - da exclusão política à exclusão cultural, fazendo de ideologias, visões de mundo e até da língua, fatores de dominação de uns indivíduos sobre outros; - da exclusão dos economicamente menos favorecidos, em regimes político-econômicos por vezes cruéis, à exclusão de cidadãos com deficiências ou outras formas de desvantagem. Até mesmo o desenvolvimento científico e tecnológico, gerado em uma sociedade historicamente excludente, tem deixado sua cota de excluídos: milhares de cidadãos sem acesso ao conhecimento, à escola, ao trabalho, à arte, à cultura, à informação, aos serviços de saúde, aos produtos da ciência e tecnologia, a decisões que lhe dizem respeito, com profundos reflexos sobre as sociedades, sobretudo nos países menos desenvolvidos.

No entanto, de forma lenta mas contínua, sinais de mudança desse paradigma vêm ganhando força através de movimentos e iniciativas nacionais e internacionais pró inclusão social, congregando diferentes setores da sociedade, grupos e instituições, visando ultrapassar as tentativas isoladas e promover a transformação sócio-político-educacional tão almejada e que produza, como construção coletiva, uma sociedade realmente inclusiva – verdadeiramente democrática. Certamente que tais mudanças não serão imediatas e representarão o resultado de um processo crescente de conscientização dos próprios excluídos, apoiados por aqueles cidadãos que já abrigam em suas consciências as sementes de um novo modelo de sociedade, baseado na convivência com a diversidade, no reconhecimento das múltiplas inteligências e competências do homem, na liberdade, na justiça e na solidariedade. Começam a ter visibilidade movimentos e instituições para os quais o conhecimento é usado como fator de identificação e não mais de dominação. A cultura revela a riqueza de suas múltiplas faces; crescem e se fortalecem movimentos formadores de uma consciência ecológica e planetária, baseada no respeito e na preservação de bens, tangíveis ou intangíveis, que pertencem a toda a humanidade.

No Brasil, assim como em outros países da América Latina, movimentos de caráter político e social, reuniões científicas e didáticas, projetos e iniciativas de inclusão sócio-educacional emergem de instituições públicas, privadas, organizações não-governamentais e representam ações concretas, sinais da construção de uma nova cultura, da vivência de um novo tempo e de uma nova sociedade: *inclusiva*.

Nos museus e centros de ciência e cultura, a partir da década de 90, programas de inclusão sócio-educacional vêm ganhando visibilidade e apoio, sensibilizando a sociedade e estimulando outras iniciativas, tanto no Brasil como em outros países latinoamericanos. Nascidas, talvez, a partir do enfrentamento de graves e semelhantes problemas sociais, a sensibilidade, a experiência e, sobretudo, a responsabilidade com que a questão da inclusão social é tratada nos museus de muitos desses países é algo fantástico, que salta aos olhos de qualquer observador “*que tenha olhos para ver*”!

Estamos vivendo um momento de transição paradigmática...

2. Experiência de inclusão sócio-educacional em museus

Espaço de ciência que trabalha a vida como patrimônio e a saúde como conquista a ser alcançada através do conhecimento e do compromisso de cada cidadão consigo mesmo e com o ambiente no qual está inserido: este é o Museu de Ciências Morfológicas da Universidade Federal de Minas Gerais. No entanto, como as pesquisas sobre o organismo humano tiveram evolução lenta e descontínua ao longo da história, mesmo que tenham avançado de forma inimaginável nas últimas décadas, o acesso a esse conhecimento continuou distante e indisponível para muitos cidadãos.

O desconhecimento de si mesmo tem levado o homem à irresponsabilidade e descompromisso com a vida - a sua, a de seus semelhantes e da natureza na qual está inserido – com conseqüências que vão desde o descuido com a saúde, à violência e outras formas de agressão e desrespeito, bem como à transferência da responsabilidade em relação à própria vida.

E essa indiferença/ignorância também tem eximido da responsabilidade sobre a qualidade de vida e as condições e assistência à saúde da população, governantes, dirigentes de instituições e empresas, detentores de cargos em cujas mãos se encontram a vida e o destino do homem. Mais acentuadamente a partir das últimas décadas do século XX, cidadãos despertos para tal situação começaram a reivindicar o acesso à informação e ao conhecimento sobre o organismo humano. E embora as universidades sejam responsáveis pelo desenvolvimento de pesquisas nesta área e pela formação de profissionais da saúde, o sistema educacional brasileiro não prevê outra forma de acesso da comunidade a conteúdos tão específicos, a não ser através do ingresso oficial aos cursos escolhidos.

Pesquisadores da UFMG, observadores atentos da polaridade entre duas demandas tão legítimas - a dos cidadãos comuns que alimentavam, já àquela época, o desejo de conhecer a estrutura e funcionamento de seu próprio organismo, e a dos estudantes da área de saúde, apontados pelos primeiros como detentores de um conhecimento que lhes garantia poder sobre a vida dos demais, registraram a demanda crescente e sentiram-se desafiados a buscarem uma solução. E diante da persistente demanda da comunidade, resolveram ousar e desenvolver o projeto de pesquisa que resultou na criação de um museu de ciências e no desenvolvimento de inúmeros projetos de pesquisa, educação, divulgação científica e promoção social, todos visando a *inclusão da comunidade ao conhecimento do organismo humano*, iniciando um diálogo novo e extenso trabalho de educação para a saúde e para a vida, bem como de conscientização do homem sobre seu pertencimento à natureza a ser preservada e sua responsabilidade nesta preservação. Como espaço aberto à comunidade, sem restrições ou pré-requisitos, o acervo do Museu é totalmente voltado para a constituição macro e microscópica do corpo humano. Sua expografia, com rica abordagem visual, atrai grande número e diversidade de público, tanto de Minas Gerais como de outros estados e países, dentre eles profissionais que buscam referência para atenderem a demandas semelhantes, igualmente intensas e represadas. Tal busca do homem por conhecer-se revela uma nova consciência e perspectiva de mudanças radicais em relação à vida. Apesar de polêmicas e impactantes, algumas exposições itinerantes de Anatomia têm confirmado a dimensão da demanda de público por esse conteúdo, atraindo milhares de visitantes em todo o mundo.

Trabalhar o conteúdo da Morfologia Humana e áreas afins, de forma suave, atraente e interativa, para um público de interesses tão diversificados é um desafio permanente para o Museu de Ciências Morfológicas (MCM). Suas atividades estão voltadas tanto para o apoio ao ensino

formal, numa tentativa de ressignificar o ensino de ciências, quanto para a educação não formal em ciências; para a produção e popularização do conhecimento através de diferentes tipos de mídia, em atendimento aos interesses da comunidade. Em seu trabalho de inclusão e promoção social, o Museu dedica-se, de modo especial, à inclusão de pessoas com necessidades especiais de aprendizado, tanto em suas atividades como nas das escolas e outras instituições de ciência e cultura.

Há que se considerar um outro desafio: o de criar um museu de ciências em resposta à demanda da comunidade, num momento em que as universidades públicas, mantendo o modelo hegemônico de produção e repasse de conhecimento, não haviam ainda tomado a si parte da responsabilidade na luta pela inclusão social. No entanto, todas as experiências foram válidas, inclusive no despertamento da comunidade universitária para esta questão. Assim o MCM continuou sua incursão pelos caminhos da inclusão sócio-educacional, com desdobramentos e resultados nem sequer imaginados, apoiando e incentivando iniciativas semelhantes, tanto no Brasil como em outros países.

3. Inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em museus

Em diferentes tipologias de museus, sensibilidade e esforço motivam suas equipes, que buscam facilitar o acesso de pessoas com necessidades educacionais especiais às suas atividades. Na maioria dos museus, as exposições se utilizam de recursos visuais, o que dificulta o acesso dos deficientes visuais aos programas e atividades museológicas. No entanto, réplicas de peças de arte, textos em braile, mapas em relevo, oficinas de arte, informações gravadas em MP3, réplicas de animais e plantas, simulações de ambientes naturais, são algumas das iniciativas dos museus nos últimos anos, visando a inclusão desse público em suas atividades.

Grupos minoritários e/ou em desvantagem sempre fizeram parte de projetos de pesquisa e educação não formal do MCM, trazendo à sua equipe de educadores e pesquisadores uma nova e rica experiência, assim como nova forma de aprender, produzir e divulgar conhecimento. Ampliando o seu programa de educação para a saúde e para a vida com qualidade, e trabalhando com o conceito de que incluir é mais que acessibilidade física, mas um jeito humano e ameno de acolher, de partilhar, esse Museu vem se mantendo há onze anos, aberto a todo tipo de público.

Dentre as pessoas com necessidades educacionais especiais que participavam de programas e/ou atividades interativas no MCM, desde o início de seu trabalho, os deficientes visuais representaram o desafio maior, levando a equipe do Museu a pesquisar e aprender sobre deficiência visual, formas e locais de apoio e assistência aos cegos, formação desses cidadãos em todos os níveis, desde a alfabetização, sua trajetória, limites, dificuldades e, principalmente, como trabalhar com esse tipo de público.

4. Investigando sobre a formação dos deficientes visuais no Brasil

Embora saibamos que a deficiência visual é uma realidade limitante para muitos cidadãos em todo o mundo, até a década de 80, não fazia parte de nosso universo acadêmico a convivência com deficientes visuais. Foi necessário adentrar esse mundo desconhecido para percebermos que tal deficiência - parte da vida de cerca de oito milhões de brasileiros - somente nos últimos anos vem se tornando “visível” para a sociedade, cujo olhar se revela mais maduro e os cidadãos mais conscientes de que nenhuma deficiência pode restringir o direito do indivíduo à escola, seu acesso à informação, à cultura, ao desenvolvimento científico e tecnológico, nem tampouco representar fator de exclusão social. Entretanto, apesar de legislações (inclusive a Constituição Brasileira) garantirem às pessoas com necessidades especiais, todos os direitos do cidadão comum, os deficientes visuais ainda sofrem discriminação e contam, desde a educação básica, com poucos espaços de formação, o que representa dificuldade, atraso ou até mesmo obstáculo à sua qualificação profissional, à sua inserção no mercado de trabalho e ao desempenho de suas funções de cidadão.

No ensino fundamental, até bem pouco tempo, esses estudantes contavam apenas com escolas especializadas, localizadas nas grandes cidades, e atuando como centros de referência, prestavam assistência também a alunos de escolas regulares. Com a mudança da legislação, determinando que as escolas acolham todos os estudantes, o sistema público de ensino, ainda que timidamente em decorrência da lentidão do próprio processo, vem implantando a educação especial-inclusiva. Para os professores, este ainda é um caminho novo: *“sabemos que inclusão não se faz apenas com legislação, mas só conseguiremos avançar nesse processo com os deficientes dentro da escola, embora esta não seja, de início, uma situação agradável, nem para os deficientes nem para nós, ainda despreparados e sem recursos pedagógicos adequados”*.

No ensino médio, o quadro é mais delicado e representa, muitas vezes, desestímulo ou até obstáculo à continuidade de seus estudos: somados à falta de perspectiva quanto às possibilidades de cursarem uma universidade, o ensino teórico de conteúdos mais abstratos como os da física, química, biologia celular e molecular acentuam as dificuldades de compreensão e interferem no processo de aprendizagem desses alunos. Muitos jovens com deficiência visual, por mais que sonhem, não mostram uma postura tão otimista: *...“não sabemos se é mais difícil chegar à universidade, permanecer nela ou lutar por um espaço no mercado de trabalho”!*

Quanto ao ensino superior, apesar do processo seletivo “democrático” que é o vestibular, cujas provas em braile têm garantido aos estudantes com deficiência visual a possibilidade de ingressarem nas faculdades e/ou universidades, como qualquer outro estudante, o número desses vencedores ainda é muito pouco representativo. Em suas próprias palavras, *“o acesso a uma universidade representa um sonho quase impossível para muitos de nós, não só pela falta*

de uma base sólida de conhecimento, como pelas dificuldades econômicas da maioria de nossas famílias”. Dentre os que conseguem chegar ao ensino superior, a maioria se dirige às áreas das ciências humanas e exatas, desestimulados de buscarem, por exemplo, as áreas biológicas e da saúde, onde encontram pouco aparato à sua formação profissional, como bibliografia em braile, material didático para suas aulas práticas, oficinas e/ou laboratórios adequados e professores capacitados.

Nos últimos anos, entretanto, a agregação de múltiplos fatores vem sensibilizando e conscientizando a sociedade sobre a convivência com esses indivíduos, não mais como “concessão”, mas por respeito ao seu direito à equidade e à cidadania. Dentre esses múltiplos fatores estão os modelos apresentados pela mídia, o aumento de investimentos na inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em escolas regulares, museus e outras instituições científico-culturais, a descentralização e valorização de ações afirmativas geradas e incentivadas em estados e municípios brasileiros, o compromisso social das universidades públicas, que somados, vêm transformando o panorama educacional dos deficientes visuais, mobilizando e motivando esses jovens, cujas perspectivas de futuro já se mostram em franco processo de renovação.

5. Formação científica - ensino de Ciências para deficientes visuais?

O exercício do magistério, especialmente em escolas públicas de nosso país, tem constituído desafio permanente. Em grande número de escolas falta infra-estrutura, material didático e estímulo à capacitação/atualização profissional de seus docentes. Por outro lado, tais carências são compensadas, muitas vezes, pela sensibilidade, criatividade, compromisso e ousadia de professores, que se destacam tentando novos caminhos, experimentando novos modelos educacionais, contrapondo-se ao quadro de pessimismo gerado pela falta de recursos para a educação, em todas as esferas: federal, estadual e municipal. O ensino de ciências/biologia está inserido nesse contexto: de um lado, precário, centrado no professor ou nos livros (nem sempre os mais adequados), distante dos centros de produção do conhecimento científico e tecnológico, e de outro, surpreendentemente inovador, criativo, estimulante, fruto do investimento de mestres que *venceram o desafio e construíram a ponte* – fizeram (e continuam fazendo) a diferença! Para os deficientes visuais, o estudo de ciências/biologia tem sido, quase sempre, restrito à audição de fitas; esta forma de aprender afasta os estudantes com deficiência visual dos demais colegas e desestimula o seu aprendizado: *“estudar ciências é chato e significa decorar, decorar e decorar”*; *“minha mãe era professora e me levava a museus, o que me permitia sentir e imaginar mais que decorar. Aí aprendi a gostar de ciências”*; *“estou na sétima série, estudo o corpo humano e tenho vontade de saber como ele é de verdade”*; *“agora que estou no ensino médio, tudo ficou mais difícil: por exemplo, como vou compreender fórmulas químicas e estruturas abstratas como as organelas celulares?”* *“Quero ir para a universidade; mas queria*

fazer medicina ou biologia, e muitos colegas me disseram que não passarei nem pelo básico, cheio de anatomia, biologia molecular, bioquímica. Além de não enxergar, não poderei mais sonhar? Ou terei que esperar criarem cursos ou quem sabe um mundo para cegos?” Em tom de desafio: -*“somos uma turma de estudantes do pré-vestibular e vamos entrar na UFMG. Vamos fazer educação física, ciências biológicas e fisioterapia. Vamos fazer revisão para o vestibular no Laboratório de Pesquisa e Educação Inclusiva do Museu de Ciências Morfológicas e sua equipe que nos aguarde como futuros monitores!”*

Felizmente para todos esses estudantes, as propostas atuais de educação inclusiva têm refletido um debate mais amplo e interdisciplinar e traduzido os anseios de deficientes, famílias e sociedade, mais conscientes de que a inclusão social e das pessoas com deficiências terá, sem dúvida, que passar pela escola. Por isso mesmo não se há de pensar em transferir a exclusão de endereço e desenvolver materiais didáticos e metodologias estigmatizados, com rótulos especiais. A criação, no Museu de Ciências Morfológicas, de uma coleção didática e o desenvolvimento de uma metodologia para o ensino das ciências – com enfoque no organismo humano - não são **para** deficientes visuais: embora tenham sido criadas a partir de pesquisas e desenvolvidas com especificidades para atenderem particularmente a esse público, trata-se de uma *proposta de educacional inclusiva* e de um material didático de uso universal no ensino de ciências/biologia. Nem os testes utilizados nos processos de avaliação foram elaborados **para** deficientes visuais, uma vez que o que se propõe a esses estudantes é que estejam nos laboratórios de ensino, museus e centros de ciências, *juntos com os colegas videntes*. A audiodescrição das peças também é destinada a todos os estudantes, possibilitando-lhes o debate simultâneo do conteúdo e a utilização de ambas as mãos na exploração dos modelos didáticos criados. O que se busca, através desta proposta pedagógica, é que a interatividade exercitada nos laboratórios de ciências seja levada para a vida fora da escola, com a mesma naturalidade.

6. Projeto “A célula ao alcance da mão – arte e educação no estudo do corpo humano”

A proposta inclusiva e integradora, que motivou a criação de uma nova tecnologia sócio-educacional, fez com que o estudo do organismo humano, principalmente em seu aspecto microscópico, deixasse de ser problema para um estudante de Fisioterapia da UFMG (cego), após a constatação da inexistência de material didático específico e de literatura em braile, tanto no Brasil como em outros países pesquisados. Utilizando-se, inicialmente, de métodos e técnicas simples, para gerar pranchas com as estruturas biológicas em relevo, os resultados foram surpreendentes: ao final do período escolar, além do bom desempenho do estudante em testes de apropriação cognitiva do conteúdo, a sua integração ao ambiente do laboratório, o envolvimento de sua turma nesse processo e a participação de estudantes de outros cursos e unidades acadêmicas, tudo isso aliado à sua surpreendente atuação como monitor dos colegas

videntes, foram tão significativos que alimentaram o desejo de ampliar as pesquisas e experimentar o material e a metodologia com outros deficientes visuais. Afinal, segundo aquele estudante indutor do projeto *“é preciso pedir passagem às dificuldades e vencer”*.

Interrompido algum tempo por falta de recursos, esse projeto foi retomado em parceria com o Museu de Ciências Morfológicas, com equipe e abordagem interdisciplinares e uma proposta metodológica visando a criação e utilização da coleção didática constituída de 68 modelos biológicos, tridimensionais e em relevo, reproduzindo células, tecidos, órgãos, sistemas orgânicos, embriões e fetos humanos em diferentes estágios de desenvolvimento, esculpidos em gesso e resina plástica, e experimentados por deficientes visuais e videntes, que se tornaram parceiros definitivos.

Como a nova metodologia propõe o estudo do organismo humano em seus diferentes níveis, de forma atraente, interativa e lúdica, utilizando a referida coleção e explorando outros sentidos como tato e audição, no aprendizado do corpo humano, representa um caráter inclusivo e integrador para todos os estudantes, quer em sala de aula, laboratórios, museus e centros de ciência e cultura. E por tratar-se de uma coleção de arte-educação, voltado inicialmente para os deficientes visuais, as peças/modelos foram apresentados inicialmente na cor branca, e o reconhecimento das estruturas feito através de suas diferentes texturas, relevos, cavidades, concavidades. A introdução das cores veio posteriormente, em outra fase da experimentação, possibilitando a todos os estudantes (mas principalmente àqueles com déficit de memória), associar a cor como facilitadora do processo de aprendizagem.

Legendas em tipográfico e braile para cada peça da coleção facilitam a sua compreensão e possibilitam o trânsito relativamente independente do público-alvo, bem como o retorno às peças quantas vezes julgar necessárias. Também fazem parte da proposta metodológica o *livro didático* contendo informações teóricas essenciais à compreensão do conteúdo em estudo e a descrição detalhada de cada modelo da coleção, de modo a facilitar a sua utilização e contribuir para a independência do estudante/visitante; o áudiolivro, que possibilita a liberação de ambas as mãos para explorarem os modelos, enquanto ouvem as informações correspondentes, também contribui para o processo de aprendizagem.

A referida coleção de arte-educação vem mostrando potencialidades bem mais amplas do que aquelas inicialmente pensadas, e está sendo disponibilizada para escolas, museus e centros de ciência e cultura, estações/parques de ciências, em diversas cidades e estados brasileiros, além de outros países.

O Laboratório de Pesquisa e Educação Inclusiva do MCM tornou-se um centro de referência no debate, reflexão e atendimento a profissionais, estudantes e instituições com projetos de inclusão de deficientes visuais em atividades sócio-educacionais. *E dentre os seus monitores,*

encontra-se uma senhora de cinqüenta anos, cega, cuja luta pela vida com qualidade, dedicação ao trabalho e superação de limites tem “mudado a visão de todos nós”...

7. Resultados promissores - abertura de novos horizontes

Desafiando dificuldades e protagonizando um novo modelo de produção e difusão de conhecimento, o programa de educação inclusiva do MCM, vem contabilizando também resultados qualitativos nos últimos anos, como: - a co-construção de conhecimento, envolvendo o público-alvo (deficientes visuais), numa experiência extra-muros, que vem mudando a interface universidade & sociedade também nesta área; - o diálogo e a troca real de experiências entre a equipe universitária e professores do ensino fundamental e médio, cuja participação competente, madura e compromissada tornou a proposta deste projeto mais próxima do cotidiano de suas salas de aula; - a implantação da avaliação como prática pedagógica de rotina, tanto no laboratório de criação da coleção didática como na implantação da metodologia; - a média dos pós-testes variando de 25 a 75% no aproveitamento dos estudantes de escolas públicas de Belo Horizonte (deficientes visuais ou não), envolvidos no processo de experimentação/avaliação da metodologia de ensino de ciências proposta; - a participação ativa de um museu de ciências mediando e contribuindo para a solução de problemas relacionados tanto à educação formal quanto não formal; - a integração entre os estudantes com necessidades educacionais especiais e os demais estudantes das turmas envolvidas nesse processo, possibilitando aos deficientes visuais mostrar suas eficiências e atuação positiva junto aos colegas videntes;- o aumento do número de jovens no ensino médio (de 4 em 2000 para 49 em 2005), dentre outros.

Somam-se a esses resultados o debate e as reflexões, conscientizando e envolvendo principalmente a comunidade universitária, que se torna mais atenta e cooperativa, com atitudes pró-ativas (e menos preventivas) com relação aos deficientes visuais. Nas exposições da referida coleção didática, embora ainda constitua fato isolado, visitantes da comunidade buscam o monitoramento dos deficientes visuais presentes, numa atitude que ainda surpreende ambas as partes. Muitos estudantes das primeiras séries de escolas da rede privada, desconhecendo completamente o alfabeto braile, a língua brasileira de sinais (LIBRAS), se surpreendem ao ver colegas estudantes comunicando-se de forma diferente da habitual. São vivências que não deixam de apontar para novas possibilidades no futuro, mostrando também que a inclusão social que todos esperamos terá que passar pela escola, com equidade e respeito às diferenças, contemplando o direito de todos e as necessidades de cada um.

Só assim se conseguirá sensibilizar cada vez mais a sociedade e incentivar a convivência humana saudável entre diferentes, com a consciência de que *“todos temos o direito de ser iguais sempre que a diferença nos inferiorizar; e o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracterizar”*.

8. Ilustrações



FIG.1- Oficina de produção da coleção de modelos do projeto “A célula ao alcance da mão”. FIG.2- Mostra da coleção na Secretaria de Estado da Educação/MG. FIG.3- Fase experimental dos modelos com estudantes deficientes visuais. FIG.4- Deficientes visuais no Laboratório de Pesquisa e Educação Inclusiva (LaPEI) do MCM. FIG.5- Monitora cega em Curso de Formação de Mediadores no LaPEI. FIG. 6- Estudantes de escola da rede privada, que não conheciam braille (nem cegos) e LIBRAS (nem surdos), em visita à exposição e contato com esses deficientes.

9. Bibliografia

- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Centro Nacional de Educação Especial, Brasília. *Proposta curricular para deficientes visuais*. 1978, 53 p.
- MELO, H. F. R. . *Deficiência visual: lições práticas de orientação e mobilidade*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991. 158 p.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência Social, da Criança e do Adolescente. Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Portadora de Deficiência. *Manual de recursos: legislações básicas/prestadores de serviços*. Belo Horizonte: CAADE, 1998. 199 p.
- MOURA SANTOS, M. C. T. . Processo museológico: critérios de exclusão. In: SEMANA DOS MUSEUS DA
- OLIVER, F. C. . *O problema da incapacidade e da deficiência*. Revista de Terapia Ocupacional, São Paulo, v.2, n.213, 1991.
- PORTER, Gordon L. *A educação de alunos com necessidades especiais*. New Brunswick, Canadá. Biblioteca da APAE/São Paulo.
- RIBAS, J. B. C. . *O que são pessoas deficientes*. São Paulo: Nova Cultural/Brasiliense, 1985. 103 p.
- RIBEIRO, M. G. *Museu de Ciências Morfológicas: um lugar diferente da Universidade Federal de Minas Gerais*. História Ciências Saúde Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 12, p. 339-348, 2005.
- RIBEIRO, M. G.; FIGUEIREDO, B G . *A célula ao alcance da mão: ensino dinâmico de Ciências também para deficientes visuais*. Educação em Museus e Centros de Ciências, Rio de Janeiro, 2003. 218-231 p.
- SILVEIRA, Júlia Gonçalves da. *Biblioteca inclusiva? Repensando sobre barreiras de acesso aos deficientes físicos e visuais no sistema de bibliotecas da UFMG e revendo trajetória institucional na busca de soluções*. Belo Horizonte, 1998, 20 p.
- STAINBACK, S.; STAINBACK, W. *Inclusão – um guia para educadores.*, Porto Alegre: Artmed 1999.
- TISSI, M. C. . *Deficiência em debate: a rede entre amigos*. Revista de Terapia Ocupacional, São Paulo, v.9, n.3, p.92-93, 1998.